

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

BRAZILIAN HOMELESS BOYS AND GIRLS MOVEMENT

Elizete Almeida

Discente do 1º ano do curso bacharelado em Serviço Social da UNINTER/ Curitiba PR

Crisfabile dos Santos Moreira

Discente do 1º ano do curso bacharelado em Serviço Social da UNINTER/ Curitiba PR

Mariana Dadalt de Souza

Discente do 1º ano do curso bacharelado em Serviço Social da UNINTER/ Curitiba PR.

Silvani Emiliano

Discente do 1º ano do curso bacharelado em Serviço Social da UNINTER/ Curitiba PR.

Cleci Elisa Albiero

Assistente Social e professora do curso bacharelado em Serviço Social da UNINTER; Pesquisadora do GETFS (Grupo de Estudos em Trabalho, Formação e Sociabilidade).

E-mail: cleci.a@uninter.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e conquistas obtidos pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na conquista dos direitos fundamentais da criança e adolescente, contribuindo na promulgação do Artigo 227 na Constituição Federal (CF) de 1988 e na criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e como objetivos específicos propõe-se estudar os dados históricos do MNMMR no Brasil, pesquisar a atuação do MNMMR no Paraná e identificar a instituição referência ao MNMMR em Curitiba. A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, foi a bibliográfica e documental que se trata de pesquisa desenvolvida com base em livros, revistas, artigos científicos impressos e publicados na internet. Como principais resultados foi possível identificar que o movimento teve participação efetiva e ampliada na construção da identidade dos meninos e meninas de rua, lutando pelos seus direitos, dando a estes o poder da voz e concedendo-lhes a dignidade.

Palavras-chave: movimentos sociais, meninos e meninas de rua e instituições.

ABSTRACT

The objective of the following paper is to analyze the improvements and achievements of the Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua - MNMMR - (Brazilian Homeless Boys and Girls Movement) regarding the fundamental rights of children and teenagers, which was the base for the Article 227 of the Brazilian 1988 Constitution as well as the creation of the Estatuto da Criança e Adolescente (Children and Teenagers Statute). The study focus on historical MNMMR datum in Brazil, the MNMMR activities in Parana and the identification of the MNMMR reference institution in Curitiba. The methodology used was the bibliographical and documentary, which uses magazines and printed and online scientific papers. It was possible to realize that the MNMMR has been paramount to solidify the homeless boys and girls identity as well as fighting for their rights, which has given them visibility and dignity.

Keywords: Social movements, homeless boys and girls and institutions.

INTRODUÇÃO

Estudar a identidade dos Movimentos Sociais faz com que o estudante de serviço social tenha embasamento teórico sobre consciência grupal, solidariedade, identidade, compromisso coletivo e ideológico. E o interesse em estudar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) por meio do trabalho da disciplina de PBL¹ cursada no primeiro quadrimestre de 2018, dá-se por se tratar de uma temática atemporal, e pela sua essência que é o apoio a crianças e adolescentes, e a defesa de seus direitos como cidadãos.

E partindo da questão principal deste trabalho que trata das conquistas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua? Esta pesquisa passou a ter como objetivo geral analisar os benefícios obtidos pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e como objetivos específicos estudar os dados históricos do MNMMR no Brasil, pesquisar a atuação do MNMMR no Paraná e identificar a instituição referência ao MNMMR em Curitiba.

CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL E HISTÓRICO DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

Para Fernandes e Aquino (2016, p.98), a partir da década de 1980, ocorreu a ascensão dos chamados movimentos identitários. Esse período marcou uma mudança na maneira de pensar as formas de associação civil. Neste contexto, parte-se do conceito de movimentos sociais como sendo,

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN 2000 p. 13 apud FERNANDES e AQUINO, 2016, p. 85).

¹ PBL - **Problem Based Learning** / Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

Entende-se que os movimentos sociais são formados por indivíduos que possuem identidades e objetivos em comum e se unem para desenvolver temas sociais e atuar no âmbito político e de causas relacionadas as demandas da vida social.

De acordo com Muller (2013, p.33), os movimentos sociais propiciam modificações nas condições sociais de um grupo, através da ideologia, do debate, das manifestações, transformando a vida das pessoas envolvidas no movimento e na sociedade. Já Fernandes *et al* (2016) definem movimentos sociais como:

A necessidade de resposta a inquietações de um grupo. Pois contribuem para organizar e conscientizar setores importantes da sociedade. São responsáveis por apresentar demandas das mais variadas por meio de práticas de pressão e mobilização. Sua existência pode ser contínua e permanente. (FERNANDES *et al*, 2016, p.83).

Segundo Caldas (2012, p. 72) os Movimentos Sociais, em sua maioria, estão ligados: “às etnias, à identidade, à identidade social, ao gênero, ao meio ambiente, à violação de direitos, à geração de renda, e ao trabalho, entre outros”. O autor ainda destaca que:

Em comum, eles buscam uma articulação para que, fortalecidos, possam manifestar, através de diferentes espaços, seus descontentamentos com a atuação do sistema Neoliberal e a contundente exclusão das significativas parcelas de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social que acabam sendo excluídas do mercado de trabalho, da política, dos espaços públicos de decisão e, conseqüentemente, discriminadas pela sociedade do consumo. (CALDAS, 2012, p. 72).

Touraine (1996, p. 69) diz que, “[...] os movimentos sociais são o coração e o pulsar da sociedade [...]”, ou então, “[...] os movimentos sociais são os mais importantes comportamentos coletivos [...]”. Percebe-se na fala dos autores, que para dar vida a um movimento social, é preciso que um grupo de pessoas partilhem das mesmas convicções. Escorsin (2016. p.110) declara que para formar um grupo, “é necessário existir duas ou mais pessoas partilhando do mesmo objetivo, e a coerência de pensamentos, é o alicerce para o grupo se manter existente”.

Antes de se aprofundar no histórico do MNMMR, acredita-se ser importante discorrer sobre os personagens do movimento em estudo: “o meninos e meninas de rua”. De acordo com Rizzini (1993), citado por Sudbrack (2004, p. 22), a expressão “meninos e meninas de rua”, refere-se a crianças carentes de recursos, e que moram ou passam a maior parte de seu tempo na rua, sem serem necessariamente infratoras. Ainda Santiago *et al* (2017, p.06), salientam que este público é caracterizado pela sua

heterogeneidade de gênero, de orientação sexual, étnico-racial, de opção política, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de situação econômica, entre outros.

A autora Vidigal (2017, p.10), ressalta que por se tratar de crianças e adolescentes que sobrevivem nessas condições, a situação é gravíssima, em razão de serem sujeitos em condição de desenvolvimento físico e psíquico. Para a autora quando uma criança ou um adolescente se vê obrigado a viver nas ruas é porque já lhe foram negados outros direitos anteriormente, e essa trajetória de violações terá impacto no seu processo de crescimento e amadurecimento.

Assim, a existência de crianças e adolescentes nessa situação evidencia ainda a falha do Estado, da família e da sociedade em prover a proteção integral desses indivíduos e garantir-lhes uma vida livre de situações de violência. Pereira (2011, p. 130) salienta que o, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu uma ordem cronológica sendo considerado criança de zero a 12 anos, e adolescente de 12 a 18 anos.

Conforme Souza (2013, p.182) foi a partir dos anos de 1980, que surge no Brasil uma série de movimentos sociais, entre eles, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Continuando, Silva (2006, p.40) ainda salienta que o MNMNR surgiu com o objetivo de incluir crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e da história e como pessoas em desenvolvimento que mereciam prioridade absoluta, respeito e dignidade.

Segundo Gohn (2013, p.28) o MNMNR foi fundado em 1985, composto por pessoas e instituições engajadas em programas alternativos de atendimento a meninos e meninas de rua. De acordo com Pereira (2011, p. 130) a proposta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua se diferenciava do tratamento dado a estes indivíduos até então. Para o autor trata-se da mobilização popular mais marcante no âmbito da infância e juventude brasileira.

Para Miranda (2005, p. 72) uma das maiores contribuições do MNMNR foi a intervenção na formulação da Constituição Federal de 1988, onde se garantiu o Artigo 227 que define os conceitos de “criança e adolescentes como prioridades absolutas”, e, em segundo lugar, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. A autora ainda diz que:

Não se está afirmando aqui que premeditadamente tenha sido esta a meta do MNMNR, mas que a obtenção destes dois fatos históricos pode ter causado um

enfraquecimento nas estratégias de luta do Movimento, pelo hiperdimensionamento feito pelos seus integrantes da importância dos avanços legais obtidos, onde indiscutivelmente o MNMMR teve papel central”. (MIRANDA, 2005, p.72)

Pode-se dizer que outra contribuição do MNMMR para com essa população foi a ruptura com a alienação, dando a esses o direito do “ser e saber”. Montanõ *et al* (2011, p.103) referem-se à alienação no modo de produção capitalista como ser alguém “alheio “. Lembra ainda que o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento, a sociedade e a sua história.

De modo que Rizzini (2011, p.80) ressalta que o MNMMR teve apoio internacional, organizou seus estatutos, sua administração, tendo voz nos fóruns governamentais e não governamentais sobre a criação das leis de apoio aos meninos e meninas de rua. Em 1992, o MNMMR contava com: “90 comissões locais estruturadas, 139 números de base de meninos e de programas, cerca de três mil militantes, e três centros de formação para educadores de rua. E existia mais de 400 programas de atendimento ligado ao Movimento”. Na tabela 01 e 02 abaixo, definidas como MNMMR no Brasil, pode-se observar os efeitos positivos do movimento.

Tabela 01

1982	É implantado o Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento de Meninos de Rua (Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF/Secretaria de Ação Social-SS do Ministro da Previdência e Assistência Social e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-Funabem).
1986	O Movimento promove o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília, no Parque Rogério Pithon Faria, no período de 26 a 28 de maio.
1987	Nesse ano multiplicam-se as comissões locais em praticamente todos os Estados. Estruturam-se comissões regionais nas cinco regiões do País.
1988	O MNMMR participa da criação do Fórum DCA- Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
1989	Em parceria com a organização italiana Terra Nuova, o MNMMR constitui o Projeto Axé em Salvador.
1990	O processo de implantação do Centro de Formação de Estudante ganha mais um Polo: em 13 de junho de 1993 é criado o Pólo II com sede em Belém/PA.
1991	O Movimento participa dos esforços para criação da Comissão Parlamentar de Inquérito “Destinada a Investigar O Extermínio de Crianças e de Adolescentes no Brasil”.
1992	Em novembro de 1992, o Movimento realiza o III Encontro Nacional de Meninos e Meninas em

Movimento nacional de meninos e meninas de rua

	Brasília.
1993	Realiza-se nos dias de 11 a 14 de março de 1993 a V Assembleia Nacional do MNMMR, em Brasília-DF.
1994	Foi um ano movimentado no Projeto de Organização e Formação dos meninos e meninas.
1995	Em março de 23 a 26, é realizada a Sexta assembleia Nacional do MNMMR.
1996	Acontece, em Brasília, de 16 a 20 de abril, o Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas.
1997	Uma menina do MNMMR foi à Primeira Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, no mês de fevereiro, em Amsterdã.

Fonte: Os 10 anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1995).

Evidencia-se que as tabelas representam algumas das participações do MNMMR para pleitear seus direitos.

Tabela 02

1998	Novembro: acontece o Quinto Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília.
1999	Julho- eleição equipe CRECEFOR- Coletivo Regional de Centro de Formação da América Latina, do qual o Centro de Formação e Apoio de Educadores faz parte.
2000	No dia 13 de julho é feito o lançamento do Selo Comemorativo dos Quinze Anos do MNMMR. Na oportunidade foi lembrado os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
2001	É realiza, nos dias 23 a 25 de março, em Brasília, a Nona Assembleia Nacional do MNMMR.
2002	Acontece, em junho, o Sexto Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Fonte: Vallauri (2006)

Desta forma, Vallauri (2006) enfatiza que o MNMMR proporcionou a participação ativa dos meninos e meninas de rua no âmbito da política, possibilitando que se expressassem e garantissem seus direitos como cidadãos. Eles tiveram a oportunidade participar na criação de leis e políticas públicas.

O MOVIMENTO DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO PARANÁ

Convém ressaltar que o MNMMR atuou em 25 Estados do Brasil, tendo sua origem no Paraná no início dos anos de 1980, com a “Comissão Pró- Meninos de Rua” (VALLAURI 2006, p. 05). Segundo Miranda (2005, p. 60) as Comissões Locais do Estado do Paraná

estavam presentes nas seguintes cidades: Londrina que foi a pioneira do interior do Estado, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pinhais e Maringá.

Segundo Vallauri (2006) nos dias 12 e 13 de agosto de 1989, ocorreu o primeiro Encontro Estadual de Meninos e Meninas de Rua em Curitiba, contando com a presença de 80 meninos e meninas de rua, e teve como objetivo discutir e preparar a participação do Paraná no Segundo Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Neste contexto, a autora destaca que os temas em discussão foram: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), violências, e os direitos básicos.

É importante salientar ainda que no segundo encontro do MNMMR ocorrido em Brasília no mês setembro de 1989, o Paraná se fez presente, inclusive na coordenação das oficinas de vídeo e música. (VALLAURI 2006, p. 418). Para Santos *et al* (2011) é importante destacar neste momento um dos maiores ganhos do encontro que foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 227 da Constituição Federal baseado nos postulados da Declaração dos Direitos da Criança, afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 227)

Outro encontro do MNMMR em Curitiba ocorreu em outubro de 1990, para discutir a violência em suas diversas formas, das quais são vítimas as crianças e adolescentes que vivem nas ruas, salienta Vallauri (2006, p, 419). O encontro reuniu cerca de 80 educadores de várias regiões do país. Já em 1991 aconteceu em Curitiba uma reunião da Comissão Estadual que explicita os objetivos gerais e específicos que norteiam o MNMMR. Entre tais objetivos destacam-se a formação da consciência crítica, levando os meninos e meninas a serem protagonistas das mudanças; caminhar em comunhão com outros grupos que atuam com crianças e adolescentes; zelar pelos direitos alcançados para que sejam realizados; reivindicar quando os direitos forem transgredidos; usar dos meios de comunicação para alterar a visão da sociedade para com as crianças os meninos e meninas de rua; ir além na luta dos direitos e defesa da criança. (VALLAURI, 2006, p. 420)

É importante destacar que o Movimento se organiza em conselho nacional, coordenação nacional, conselho fiscal, comissão estadual, comissão local e núcleo de

base. Em seguida veremos algumas comissões locais que atuaram como referência no estado do Paraná e que são formadas por participantes de programas de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes. (VALLAURI, 2006, p.397)

Comissão Local Pinhais

Criada no ano de 1991 em parceria com o clube da criança que já atuava no município desde 1987 e as associações de moradores. Além da divulgação do ECA e dos direitos das crianças e adolescentes, muitas atividades são desenvolvidas como a fabricação de pão caseiro, uma horta comunitária, reforço escolar, entre outros. (VALLAURI, 2006, p.457 e 458).

Comissão Local Londrina

Esta comissão, segundo (VALLAURI, 2006, p. 400 e 459), lutou para efetivar os quatro eixos do Movimento Nacional sendo eles: “o combate à violência e, portanto, da defesa dos direitos, a organização dos meninos/as, a formação dos educadores e o fortalecimento do Movimento”. Em especial a organização dos meninos e na defesa de direitos. No Período de 1990, foram feitas diversas atividades com as crianças, dentre elas, uma abordagem individual, encontros semanais, visitas domiciliares e o contato com o juizado de menores.

Comissão Local Ponta Grossa

No final do ano de 1992 se realizou a primeira reunião de orientação da Comissão Local de Ponta Grossa. A partir de março do ano seguinte a Comissão inicia sua atuação interligada com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). Esta parceria facilita o que a Comissão realize o acompanhamento de alguns adolescentes detidos no presídio local. Em 1995 o MNMMR, em parceria com a APP (Associação dos Professores do Paraná), fez um ato público em decorrência da implantação do projeto “Da rua para a escola”, que tinha como lema: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. (VALLAURI, 2006, p. 470).

Durante os anos de 1996 e 1997 o Movimento envolveu-se na campanha de combate ao uso de substâncias tóxicas. Participou também de ações realizadas por Movimentos Populares ligados à ecologia e matérias recicláveis. Elaborou atividades relacionadas a artes e à cultura. (VALLAURI, 2006, p. 471). No final do ano de 1997 e início de 1998, esta comissão passou por diversas dificuldades, sobretudo no âmbito financeiro. (VALLAURI, 2006, p. 472).

Comissão Local Foz do Iguaçu

O MNMMR em Foz do Iguaçu iniciou suas atividades oficialmente em março de 1995. Sua atuação resultou na produção de um Dossiê denunciando a problemática da Exploração e Prostituição Infantil. Uma das pautas é que seja multado todo meio de comunicação que propague anúncios de boates e motéis ligados a Prostituição Infantil. (VALLAURI, 2006, p. 474 e 475). A partir das denúncias apresentadas no Dossiê, foi aprovada e sancionada uma Lei Estadual criando a Vara da Infância e da Juventude, desvinculada da Vara da Família. (VALLAURI, 2006, p. 476).

Comissão Local Maringá

Em 1996 o MNMMR em parceria com um grupo de acadêmicos de vários cursos da Universidade Estadual de Maringá, inicia as atividades do Movimento nesta cidade. Primeiramente com abordagens nas ruas e praças e após alguns meses são realizadas atividades lúdicas, brincadeiras, capoeira e jogos. Reservava um momento do encontro para passar os direitos e deveres das crianças. (VALLAURI, 2006, p. 479 e 480).

INSTITUIÇÃO REFERÊNCIA LIGADA AO MNMMR EM CURITIBA

Dentre as diversas instituições ligadas a ideologia do MNMMR no Paraná e em Curitiba, destaca-se o projeto da Chácara Meninos de 4 Pinheiros², localizada em

² A Fundação Educacional Profeta Elias, mais conhecida como Chácara Meninos de 4 Pinheiros, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com a finalidade de dar assistência e educação integral às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, principalmente as que vivem nas ruas de Curitiba e Região Metropolitana. Site: 4pinheiros.org.br

Mandirituba, região metropolitana de Curitiba. Esta instituição faz parte da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias.

Ressalta Vallauri que em 1984 o ex-frade chamado Fernando Francisco de Góis foi morar na Vila Lindóia e decidiu viver entre crianças. Organizou a comunidade Profeta Elias, trabalhando com meninos de rua, ajudando crianças em situação de risco em Curitiba e também em cidades metropolitanas. Inicialmente o objetivo de Fernando Francisco de Góis era realizar um trabalho sócio educativo em uma modesta área agrícola. O nome Profeta Elias foi inspirado nos Fundadores do Carmelo, pela ajuda que davam a essa comunidade sofrida, que vinha recebendo ameaças de despejo desde antes de 1978. Com o passar do tempo essa comunidade passou a trabalhar com a cooperação de outras organizações como Pastoral das Favelas, o Movimento Justiça e Paz e Associações de Bairros.

Em 1984, segundo Vallauri, os frades Fernando Francisco de Góis (fundador do projeto alternativo da chácara), Euclides e Osni foram morar na favela e promoveram atividades de apoio ao programa escolar como: laboratório de teatro, artesanato em cerâmica, desenhos e pinturas.

Em 1986, um grupo de pessoas contendo adolescentes e educadores da comunidade Profeta Elias, juntamente com organizadores e operadores de outros grupos foram convidados a participar de reuniões promovidas pelo MNMMR, na sede da Biblioteca Pública do Paraná. (VALLAURI 2006, p. 240).

A mesma autora destaca que, no ano de 1991, devido ao grande número de crianças nas ruas de Curitiba, (uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba IPPUC, à época, mostrava que 518 crianças viviam na rua), decidiu-se comprar uma chácara em Mandirituba, região Metropolitana de Curitiba, onde essas crianças pudessem morar, estudar, trabalhar e brincar longe das drogas e da violência.

Meses depois nascia a “Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias”, juntamente com outras organizações como a Associação Brasileira de Ajuda à Infância (ABAI), MAIS (de Torino, Itália), Comunidade de Mambre (Itália), Entraidet Fraternité (Bélgica) e Cefúria, que concretizaram a construção da “Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros”. Inicialmente era para ser um laboratório para a aprendizagem de artesanato, mas a pedido das crianças foram desenvolvidas atividades em meio à natureza como a criação de galinhas e o plantio de legumes, cereais e frutas.

Moreira (2012, p. 50) salienta que em 1992 criaram o jornal “Os Meninos de Quatro Pinheiros”, onde podiam expressar suas ideias, sentimentos, emoções e assim se integrar com a comunidade. Para Fernandes (2012), a criação da “Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros”, foi uma das maiores iniciativas da América Latina em prol da Infância e Adolescência, reconhecida pela UNESCO, pelo Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, por muitos outros ativistas e cidadãos. A instituição possui valores como amor, verdade, responsabilidade, amizade, respeito, perdão e solidariedade, sendo assim essa instituição que cumpre sua missão que é promover a educação integral de crianças e adolescentes em situação de risco, possibilitando-lhes a autonomia e cidadania. (Moreira, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a pesquisa essencial para o enriquecimento do repertório intelectual do estudante de serviço social e principalmente compreender como se organiza e se desenvolvem os movimentos sociais, é entrar em contato com diferentes contextos de lutas por direitos de cidadania, saúde, moradia, respeito, trabalho, identidade, entre outros.

Foi possível, através do levantamento bibliográfico, identificar de forma segura que o MNMMR trabalhou em prol da construção da identidade dos meninos e meninas de rua, lutando pelos seus direitos, dando a estes o poder da voz, concedendo-lhes a dignidade. Em seu histórico, observou-se que o movimento se posicionou ainda, contra as instituições da época, que generalizavam a situação das crianças e adolescentes, marginalizando-as, sem avaliar o contexto histórico de cada um.

É importante ressaltar que o MNMMR oferecia em cada Comissão Local no Paraná e no Brasil, atividades lúdicas, onde as crianças conseguiam expressar seus sentimentos, medos, angústias, sonhos e anseios. A Chácara Meninos de Quatro Pinheiros, como detalhado acima, não surgiu a partir do MNMMR, mas teve participação significativa e ativa no movimento social, e é uma instituição Paranaense que se assemelha à proposta pedagógica do movimento.

Identificou-se que o movimento perdeu sua força na atualidade, mas cumpriu seu papel que foi de fundamental importância na conquista dos direitos absolutos da criança e do adolescente e ainda permanece ativo por meio de algumas Comissões Locais

espalhadas pelo Brasil. Por fim, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado e provocou o desejo de aprofundar a temática da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Suzie Hayashida. SOUZA, Sonia Margarida Gomes. **O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf>. Acesso em: 20/04/2018.

ESCORSIN, Ana Paula. **Psicologia e desenvolvimento humano**. Curitiba. InterSaberes, 2016

FERNANDES, Walisson Pereira e AQUINO, Alysson Eduardo de Carvalho. **Movimentos Sociais: um apanhado geral de sua importância para o serviço social**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FERNANDES, José Carlos. Curitiba: **Gazeta do Povo**, 24/10/2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/eles-foram-meninos-de-rua-1y6zdwjhdh92ldbzoovocz8su>>. Acesso em: 05/04/2018.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1989, São Paulo. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>>. Acesso em 23/04/2018.

GHON, Maria da Gloria. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MENINOS DE 4 PINHEIROS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://4pinheiros.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 17/05/2018

MNMMR, 10 anos do movimento nacional de meninos e meninas de rua: **Construindo a cidadania e a justiça com sonha e a alegria dos meninos e meninas do Brasil**. Brasília-DF, 1995

MONTANÕ, Carlos e DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Duriguetto. 3.ed. São Paulo. Cortez, 2011.

MOREIRA, Anderson Luiz. **O perfil e atuação dos comunicadores em projetos de educação dos movimentos populares**. 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27403> acesso em 25\04\2018

MIRANDA, Sonia Guariza. **Criança e adolescente em situação de rua: Políticas e Práticas Sócio-Pedagógicas do Poder Público em Curitiba**: Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação, na Economia Política da Educação do Programa de Pós-Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do

Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/7416/Microsoft%20Word%20-%20TESE%20DOUTORADO%202005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 11/04/2018.

MULLER, Cintia Beatriz. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Curitiba. InterSaberes, 2013.

NEVES, Luiz da Silva. **Meninos e Meninas de Rua: Por que eles/as não têm raça?** Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2006. Disponível em:<<https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Neves.pdf>> Acesso em: 20/04/2018.

PEREIRA, Antonio. **A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua**. 2011. Disponível em:
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/2491/2028>> Acesso em: 10/04/2018.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco. **A arte de governar criança: A história políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. (orgs). 3ª Ed. São Paulo. Cortez, 2011.

SANTOS, Marilene Silva dos e NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Dois décadas de estatuto da criança e do adolescente. ECA: da lei à realizada**. 2011. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DUAS_DECADAS_DE_ESTATUTO_DA_CRIANC A_E_DO_ADOLESCENTE_ECA_DA_LEI_A_REALIDADE.pdf> Acesso em: 25/04/2018.

SOUZA, De Jesus Tainara. **O MNMMR e a conquista dos direitos: o marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DE%20MENINOS%20E%20MENINAS%20DE%20RUAS%20E%20A%20CONQUISTA%20DOS%20DIREITOS.pdf>> Acesso em: 12/04/2018.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. **O extermínio de meninos de rua no Brasil**. São Paulo, 2004. Disponível em:<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v18n01/V18n1_03.pdf> Acesso em: 17/04/2018.

VALLAURI, Mara. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/ Mara Vallauri**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

VIDIGAL, Claudia de Freitas. **Diretrizes nacionais para o atendimento a criança e adolescentes em situação de rua; Brasil, 2017**. Disponível em:
<http://primeirainfancia.org.br/wpcontent/uploads/2017/08/0344c7_4fe2ba1cd6854b649d45d71a6517f80d.pdf> Acesso em: 17/04/2017.

TOURAINÉ, Alain. **Em defesa da Sociologia**. Tradução de Luiz Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 1996.